O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 28/05/2022 - 06:00

Oferta de ações da Eletrobras pode movimentar R$ 35 bi

Desestatização Mudança de mãos

Eletrobras deve girar até R$ 35 bilhões

Companhia oficializa condições de oferta de ações pela qual a União deixará de ser a controladora; uma fatia de R$ 6 bi será reservada a quem quiser usar seu saldo no FGTS

A Eletrobras deu um passo importante ontem em seu processo para deixar de ser uma empresa estatal. A companhia oficializou seu pedido, no Brasil e nos Estados Unidos, para uma oferta de ações que pode chegar a cerca de R$ 35 bilhões, considerando-se o valor do papel na quinta-feira, de R$ 44. A empresa também definiu que, desse total, uma fatia de R$ 6 bilhões será reservada a quem quiser usar seu saldo no FGTS para participar do processo.

Segundo a companhia, serão vendidas inicialmente 697,5 milhões de ações, o que resultaria numa captação de R$ 30,6 bilhões. Além disso, há a possibilidade de um lote suplementar de 104,6 milhões de ações ser oferecido, elevando o resultado para R$ 35 bilhões.

O governo federal, hoje acionista majoritário, não participaria do processo. Com isso, sua fatia cairia dos atuais 72% para cerca de 45%, e a empresa passaria a ter o controle pulverizado – ou seja, sem um dono definido.

Todos esses valores, no entanto, ainda podem mudar, dependendo da demanda pelos papéis da companhia. A definição final do preço está prevista para o dia 9 de junho. Ontem, as ações da empresa fecharam a R$ 43,46 (queda de 1,23%).

Além disso, a própria Eletrobras fez o alerta de que o processo pode sofrer atrasos. Segundo a empresa, o processo de privatização poderá ser contestado por entidades reguladoras ou grupos de consumidores, por exemplo, ou podem ser suspensos pelos tribunais, "o que pode atrasar ou mesmo impedir a conclusão da oferta global".

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a oferta deve atrair principalmente investidores institucionais estrangeiros, como fundos soberanos e fundos de pensão. Se o processo for concluído, será a primeira grande privatização do governo Jair Bolsonaro. ●

FATIA DE R$ 6 BI É RESERVADA PARA INTERESSADOS EM USAR O FGTS. PÁG. B2

Desestatização Oferta de ações

Fatia de R$ 6 bi da Eletrobras é reservada para interessados em usar o FGTS

Como ocorreu na Petrobras e na Vale, a expectativa é de alta demanda pelos papéis, com valor mínimo de R$ 200

Quem tem conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai poder participar do processo de privatização da empresa de energia Eletrobras. Dos cerca de R$ 35 bilhões de movimentação previstos para o negócio, R$ 6 bilhões foram reservados para quem tem recursos no fundo. A expectativa é de grande demanda pelos papéis, como ocorreu anteriormente em vendas de ações da Petrobras e na privatização da Vale, que também permitiram uso do FGTS.

A aquisição será feita por meio de fundos chamados FMP-FGTS, que estão sendo colocados à disposição do público por gestoras, a maior parte ligada a bancos. O valor mínimo para as cotas dos fundos que usam o FGTS é de R$ 200,00. Há dois modelos de fundos: usando recursos do FGTS para adquirir as ações da Eletrobras ou migrando posições em ações da Petrobras e Vale, adquiridas também com recursos do FGTS, para a elétrica. A Eletrobras diz que está garantida uma alocação mínima de R$ 5 mil e máxima de R$ 50 mil para esses investidores (*leia mais ao lado*).

O investidor do varejo poderá ingressar na oferta também por meio da aquisição direta de ações. O valor mínimo de alocação por investidor é de R$ 1 mil, mas as instituições financeiras terão liberdade para aceitar valores abaixo. O período de reservas para o varejo, em ambas modalidades, vai de 3 de junho a 9 de junho.

De acordo com a Eletrobras, os atuais acionistas, empregados e aposentados da empresa têm direito de subscrição antes dos investidores de varejo, que, por sua vez, têm direito de subscrição anterior aos investidores institucionais.

RISCOS. No documento protocolado ontem na CVM, a Eletrobras alerta para alguns riscos desse processo de privatização. Segundo a empresa, mesmo após ter passado pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU), a empresa considera que o modelo de privatização e outros aspectos do processo, tais como a reestruturação societária e o processo legislativo que resultou na promulgação da Lei de Desestatização da Eletrobras, podem ser contestados, o que poderia levar tribunais, órgãos reguladores brasileiros ou agentes executores da Desestatização – como o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) – a exigir ajustes adicionais à estrutura do processo de privatização.

Na avaliação da empresa, isso poderia impedir ou atrasar a operação. "Da mesma forma, decisões desses tribunais favoráveis à desestatização poderão ser objeto de recursos e questionamentos após a realização da oferta global."

Conforme a Eletrobras, até este momento, estão em curso 27 processos em tribunal que contestam o modelo do processo de desestatização da Eletrobras. Entre os processos, há quatro ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) tramitando no Supremo Tribunal Federal, seis ações populares tramitando na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outras ações populares, ação civil pública, ação declaratória de nulidade e ação de obrigação de fazer.

QUESTÃO POLÍTICA. A Eletrobras também afirma que a decisão da União de prosseguir com o processo de desestatização pode ser afetada pelas condições de mercado e decisões políticas, o que poderia ter um impacto negativo na oferta global e nos negócios. "Potenciais candidatos à Presidência, assim como outros políticos, estão fazendo campanha contra o processo de desestatização da Eletrobras", diz a estatal.

Entre os políticos contrários à operação, destaque para o líder nas pesquisas de intenção de voto nas próximas eleições presidenciais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), bem como para o terceiro colocado na disputa, Ciro Gomes (PDT).

Segundo a companhia, "se o processo de desestatização da Eletrobras for concluído, este pode ser contestado pelos partidos da oposição e o governo brasileiro pode recuperar o controle de voto sobre a Companhia". De fato, no início do ano, representantes do PT chegaram a falar sobre a possibilidade de revisar ou reverter a privatização. Trata-se porém, de uma manobra difícil e cara, tendo em vista as amarras colocadas no processo. ● CYNTHIA DECLOEDT, LUCIANA COLLET e WILIAN MIRON

Entenda

Como usar o Fundo para comprar ações da estatal

● **Quanto eu posso aplicar?**
Até 50% do valor da conta do FGTS. A compra será por meio de Fundos Mútuos de Privatização ligados ao FGTS (FMP-FGTS), com valor mínimo de R$ 200 e teto de aplicação de R$ 50 mil. Em comparação, os investidores que comprarem ações diretamente terão valor mínimo de R$ 1 mil, com teto de R$ 1 milhão.

● **Quando eu poderei fazer a reserva de ações?**
De 3 a 9 de junho.

● **Como eu faço para comprar as ações?**
Os fundos de ações da Eletrobras são constituídos sob a forma de condomínio aberto. Sendo assim, o trabalhador poderá escolher uma administradora de fundo e autorizá-la a consultar o seu saldo e repassar à Caixa a solicitação de pedido de reserva para a compra de ações. O aplicativo do FGTS, da Caixa, oferecerá formas de investir na Eletrobras. No entanto, cada banco e corretora de valores também poderá viabilizar o investimento. É importante consultar a sua instituição financeira.

● **Pode trocar aplicações anteriores via FGTS?**
Sim. Pode investir também quem quer migrar ações de Vale e de Petrobras compradas com dinheiro do FGTS, anos atrás.

● **Qual é o risco?**
O investidor pessoa física, ao usar o recurso do FGTS e aplicá-lo em ações da Eletrobras, passa a fazer investimento em renda variável, e não em renda fixa, como é o caso do Fundo, que tem rentabilidade prefixada. Em ações, o que determina o rendimento é o desempenho do papel, que pode ser positivo ou negativo.

● **O que eu posso ganhar?**
Na visão de Bruce Barbosa, sócio-fundador da casa de análise independente Nord Research, pode ser um bom investimento porque o potencial de valorização dos papéis é maior do que os 3% ao ano pagos de juros por esse saldo. "É um investimento de longo prazo. O investidor não pode se desesperar quando a ação cair e vender", pondera.

● **Quando posso vender as ações?**
O prazo mínimo para a venda das ações da Eletrobras adquiridas com o dinheiro do FGTS é de 12 meses. Após a venda, o saldo volta para o Fundo. ● LUCAS AGRELA

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1 e 2

Copyright © Clipclap 2025.